

PORTARIA Nº 311//GBSES/2023

Dispõe sobre a instituição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Secretaria de Estado de Saúde.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais e, Considerando a Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; Considerando o artigo 3º do Decreto Estadual nº 5.567, de 26 de novembro de 2002, que determina a constituição de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos em todos os órgãos e entidades, em obediência ao disposto no Manual de Gestão de Documentos do Estado de Mato Grosso; Considerando a Instrução Normativa nº 003/2023/SEPLAG, de 14 de fevereiro de 2023, que estabelece procedimentos à Política de Gestão de Documentos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso; Considerando que a Secretaria de Estado de Saúde - SES/MT, zela pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e da moralidade, bem como a gestão pública transparente;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

- I - Waldemir Capistrano dos Santos, Coordenador de Protocolo e Arquivo, matrícula: 115296;
- II - José Luis Coutinho Nascimento, matrícula: 49758;
- III - Barsanubia Soares Vilarinho, matrícula: 84007;
- IV - Lucineide Alves Ferreira, matrícula: 85804;
- V - Adenilson Leite de Alencar, matrícula: 115806;
- VI - Vilma Ferreira Xavier, matrícula: 93209;
- VII - Anita Ricarda da Silva, matrícula: 97544;
- VIII - Daniela Correa da Costa, matrícula: 113065.

Art. 2º A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, em conformidade com o Decreto nº 5.567/2002, terá as seguintes atribuições:

- I - Atualizar, quando necessário, o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos;
- II - Proceder a avaliação dos documentos para estabelecer o ciclo de vida documental e destinação final;
- III - Autorizar os descartes de documentos em conformidade com a legislação vigente;
- IV - Acompanhar a Política de Gestão de Documentos no Órgão.

Art. 3º Os membros da comissão, quando convocados, ficarão à disposição para o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria n.º 321/2019/GBSES. Registrada, publicada, cumpra-se.

Cuiabá, 24 de abril de 2023.

(Original assinado)
Juliano Silva Melo
Secretário de Estado de Saúde

PORTARIA N.º 312/2023/GBSES

Define critérios para o financiamento estadual ao Programa Mais MT Cirurgias 2023, incentivando a realização de procedimentos hospitalares e ambulatoriais eletivos de média e alta complexidade, no âmbito do estado de Mato Grosso.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 71, da Constituição Estadual, e,

CONSIDERANDO as disposições da Lei n.º 8.080 de 19 de setembro de 1990, do Decreto Federal n.º 7.508 de 28 de junho de 2011, da Portaria de Consolidação GM/MS n.º 2 de 28 de setembro de 2017 (Origem: PRT GM/MS n.º 3.410/2013), e da Portaria GM/MS n.º 2.567 de 25 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual n.º 456, de 24 de março de 2016, que dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 1.567, de 09 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a prorrogação da vigência e execução do Programa Mais MT Cirurgias - Programa Estadual de Cirurgias Eletivas no âmbito do Estado de Mato Grosso, cujo prazo para execução se encerrou em 28 de fevereiro

de 2023;

CONSIDERANDO a Lei Estadual n.º 11.345/2021, de 28 de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 123 de 14 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a atualização cadastral e a intervenção na fila de espera na regulação do SUS;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 130, de 24 de fevereiro de 2023, que institui o sistema de informação IndicaSUS/SES-MT para uso obrigatório a todas as unidades hospitalares públicas e privadas do estado de Mato Grosso, para notificações hospitalares e controle de leitos/internações;

CONSIDERANDO a permanência de usuários aguardando por procedimentos ambulatoriais e hospitalares eletivos de média e alta complexidade;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 241 de 19 de abril de 2023, que cria o Programa Mais MT Cirurgias 2023 - Programa Estadual de Cirurgias Eletivas no âmbito do estado de Mato Grosso e dá outras providências;

RESOLVE:**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Definir critérios para o financiamento estadual ao Programa Mais MT Cirurgias 2023, incentivando a realização de procedimentos hospitalares e ambulatoriais eletivos de média e alta complexidade, no âmbito do estado de Mato Grosso.

Art. 2º O Programa terá o prazo para execução de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Contrato para as unidades privadas e filantrópicas sob gestão estadual, e do recebimento da Ordem de Serviço para as entidades públicas de saúde e associações denominadas consórcios.

Parágrafo único. O prazo de que trata o *caput* acima poderá ser prorrogado por interesse público.

CAPÍTULO II**DO FINANCIAMENTO ESTADUAL**

Art. 4º O valor dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares eletivos de média e alta complexidade objeto deste Programa estão dispostos nos Anexos I e II do Decreto nº 241 de 19 de abril de 2023, e foram estabelecidos conforme segue:

§1º Os valores dos procedimentos de **média complexidade** são de até 04 (quatro) vezes o valor de referência da Tabela SIGTAP/SUS. Na lista de procedimentos foram incluídos alguns procedimentos que não estão previstos na tabela SIGTAP/SUS, e seus valores foram estabelecidos por meio de pesquisa de mercado.

§2º Os valores dos procedimentos de **alta complexidade** são de até 03 (três) vezes o valor médio dos procedimentos executados, no estado de Mato Grosso, no período de 2020 a 2022, acrescido o valor das Órteses, Próteses e Medicamentos Especiais - OPME, previstas para execução dos procedimentos.

§3º Os valores da Órteses, Próteses e Medicamentos Especiais (OPME) corresponde ao valor de referência mais 1,5 (uma e meia) vezes o valor de referência da Tabela SIGTAP/SUS.

§4º Na hipótese de que o proponente venha a identificar a necessidade de procedimentos não listados nos Anexos I e II do Decreto nº 241/2023, e sendo esses de concreta relevância e interesse da SES/MT, o proponente poderá formalizar nova proposta à SES/MT, com as devidas justificativas, cabendo a equipe técnica da SES/MT a análise e aprovação ou não da inclusão dos procedimentos e definição de seus valores.

Art. 5º Para as internações decorrentes dos procedimentos de **alta complexidade** será efetuado o pagamento do valor de:

I - R\$ 1.250,00 (hum mil, duzentos e cinquenta reais) a diária para leitos de Unidade de Terapia Intensiva/UTI, e

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais) a diária, para leitos clínicos de enfermaria.

§1º O pagamento dos valores citados no *caput* deste artigo limitam-se em até 03 (três) dias de permanência para os leitos de UTI e até 02 (dois) dias de permanência para os leitos clínicos de enfermaria.

§2º O *caput* deste artigo não se aplica às unidades hospitalares que recebem o cofinanciamento estadual para os leitos de UTI, sejam elas habilitadas ou não descritas na portaria Nº 063/2023/GBSES.

CAPÍTULO III**DA QUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE**

Art. 6º Para fins de qualificação do estabelecimento de saúde executor (público, privado ou filantrópico) ficam estabelecidos os seguintes critérios, respeitado as especificidades de cada ente:

I - Estar credenciado ao Sistema Único de Saúde/SUS para atendimento, com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde/CNES, devidamente atualizado para o procedimento que pretenda ofertar.

II - Implementar o Sistema IndicaSUS para monitoramento de leitos e internações, o qual servirá de base para o acompanhamento da execução deste Programa.

III - Ter perfil de assistência adequada conforme CNES para atender os procedimentos de alta complexidade;

IV - Atender a demanda do programa sem prejuízo das pactuações, contratos e/ou adesão já existentes com outros entes público ou privado,

conforme capacidade instalada que será calculada pelos parâmetros inseridos no CNES.

Parágrafo único. Os demais casos excepcionais serão analisados individualmente.

Art. 7º O acesso dos pacientes deverá ser realizado por meio do Sistema de Regulação SISREG-III, para que se respeite as filas de espera, cabendo a cada Município de residência e/ou proponente, a responsabilidade por realizar este acompanhamento para a garantia do acesso a todos os usuários do SUS.

CAPÍTULO IV DOS CRITÉRIOS DE ADESAO

Art. 8º Poderão aderir ao Programa Mais MT Cirurgias 2023, os gestores de entidades públicas, instituições denominadas consórcios, instituições filantrópicas e privadas, observados os critérios específicos para cada ente e a respectiva gestão por ente federado:

I - Das Secretarias Municipais de Saúde/Consórcios:

- a) Possuir CNES atualizado adequado ao perfil assistencial que pretende ofertar;
- b) Utilizar os sistemas oficiais do Ministério da Saúde e SES/MT para registro da produção;
- c) Assinar o Termo de Adesão (Anexo I), e aprovar o referido Termo juntamente com o Planilha de Procedimentos (Anexo II), em reunião de Comissão Intergestores Regional/CIR;
- d) Possuir serviços próprios ou contratualizados, antes da elaboração da proposta de ampliação de procedimentos;
- e) Realizar cirurgias, preferencialmente, de média complexidade, desde que possua unidade própria que oferte a necessidade demandada.

II - Das instituições privadas/filantrópicas:

- a) Possuir CNES atualizado adequado ao perfil assistencial que pretende ofertar;
- b) Manter atualizado e vigente os certificados de regularidade emitido pelo Conselho Regional de Medicina;
- c) Utilizar os sistemas oficiais do Ministério da Saúde e SES/MT para registro da produção;
- d) Possuir contrato vigente com a SES/MT, no caso de instituições sob gestão estadual, a fim de propiciar aditivo contratual contemplando a ampliação dos procedimentos pretendidos;
- e) Caso não possua contrato vigente com a SES/MT, deverá submeter a proposta de adesão ao Programa onde a prestação de serviço ocorrerá após formalização do contrato com gestão estadual.

III - Dos parceiros

- a) Possuir Termo de Cooperação com a SES/MT ou instrumento legal que permita a execução físico/financeira do Programa;
- b) Atender, preferencialmente, de forma complementar, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, aquelas demandas encaminhadas pela SES/MT, caso a necessidade supere a capacidade instalada das unidades próprias e dos prestadores já credenciados.

CAPÍTULO V DA ADESAO

Art. 9º As propostas serão recebidas e analisadas conforme ordem de recebimento na SES/MT por meio eletrônico e serão validadas de acordo com a disponibilidade orçamentária alocada para o programa.

Art. 10º Para elaboração da proposta, o proponente deverá:

- I. verificar a demanda **que seja complementar** à média dos procedimentos eletivos **apurados dos anos de 2019, 2020 e 2021**;
- II. verificar na Fila de Espera no Sistema de Regulação - SISREG III, a demanda existente, por procedimento;
- III. verificar se existe capacidade instalada, no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, para atendimento a demanda reprimida, além da média dos anos apurados;
- IV. Fazer download do arquivo da Planilha de Procedimentos disponibilizada por meio do link: <http://www.saude.mt.gov.br/filazero/>, no sítio eletrônico da SES-MT, sendo aceito somente este arquivo para

preenchimento da proposta.

Art. 11º A proposta deve ser **complementar** à média dos procedimentos eletivos apurados dos anos de 2019, 2020 e 2021, extraída dos sistemas oficiais de produção ambulatorial e hospitalar do Ministério da Saúde (SIA e SIH), de acordo com a capacidade instalada das unidades executoras. Será disponibilizado link: <http://www.saude.mt.gov.br/filazero/>, no site eletrônico da SES-MT.

Art. 12º A proposta das instituições públicas e instituições privadas sob gestão estadual deve **complementar** os serviços já contratualizados anteriormente, evitando duplicidade de procedimentos a serem ofertados.

GESTÃO MUNICIPAL

Art. 13º Para adesão ao Programa, o município/consórcio deverá encaminhar à Superintendência de Programação, Controle e Avaliação da SES/MT, via e-mail programamaismtcirurgias2023@ses.mt.gov.br, os seguintes documentos:

- I - Ofício timbrado e assinado pelo gestor municipal, informando a quantidade total de procedimentos e o valor total da proposta;
- II - Termo de Adesão (Anexo I), assinado pelo gestor de saúde;
- III - Planilha de Procedimentos (Anexo II), **em excel**, contendo:
 - a) código do procedimento;
 - b) quantitativo da demanda reprimida de seu município ou região;
 - c) quantitativo do procedimento ofertado;
 - d) valor do procedimento, conforme dispostos nos Anexos I e II do Decreto nº 241/2023;
 - e) executor do serviço (possíveis prestadores de serviços).

§1º A equipe realizará em até 10 (dez) dias úteis a análise e validação da proposta, que será remetida ao ERS de abrangência para aprovação em Comissão Intergestores Regional-CIR.

§2º A proposta não validada será restituída ao proponente para adequação e nova submissão.

Art. 14º O ERS de abrangência submeterá a proposta validada (Termo de Adesão e Planilha de Procedimentos) para aprovação da Comissão Intergestores Regional-CIR.

Parágrafo único. O ERS remeterá à Superintendência de Programação, Controle e Avaliação da SES/MT, via e-mail programamaismtcirurgias2023@ses.mt.gov.br, o Termo de Adesão e Planilha de Procedimentos juntamente com a Proposição Operacional - P.O.

Art. 15º Superintendência de Programação, Controle e Avaliação da SES/MT procederá a homologação da Adesão na Comissão Intergestores Bipartite-CIB.

Art. 16º Após pactuação em CIB, a Secretaria de Estado de Saúde procederá o envio do Termo de Compromisso para assinatura pelo gestor municipal e posterior emissão em até 5 (cinco) dias úteis da Ordem de Serviço contendo as Autorizações de Internação Hospitalar (AIH), exclusiva para cada proposta pactuada em CIB;

GESTÃO ESTADUAL

Art. 17º Para adesão ao Programa, as instituições privadas ou filantrópicas e parceiros deverão encaminhar à Superintendência de Programação, Controle e Avaliação da SES/MT, via e-mail programamaismtcirurgias2023@ses.mt.gov.br, os seguintes documentos:

- I - Ofício timbrado e assinado pelo proponente;
- II - Planilha de Procedimentos (Anexo II), em Excel, contendo:
 - a) código do procedimento;
 - b) quantitativo do procedimento ofertado;
 - c) valor do procedimento, conforme dispostos nos Anexos I e II do Decreto nº 241/2023;
 - d) executor do serviço.

Art. 18º A SES/MT realizará a análise e validação da proposta e, caso a instituição esteja apta, seguirá as demais etapas para contratualização.

Art. 19º O proponente poderá apresentar novas propostas para análise e validação, quando precisar realizar a mudança de prestadores ou inclusão de procedimentos.

CAPÍTULO VI DO PAGAMENTO E/OU REPASSE DO RECURSO

Art. 20º O pagamento do financiamento estadual dos **procedimentos hospitalares** de média e alta complexidade se dará em até 15 (quinze) dias úteis do mês subsequente à prestação de serviços, mediante relatório de conformidade das internações e procedimentos extraído do sistema de monitoramento de internação (IndicaSUS/SES-MT).

Parágrafo único. O pagamento de que trata o *caput* deste artigo não desobriga o proponente da supervisão/monitoramento dentro dos parâmetros estabelecidos pela SES/MT.

Art. 21º O pagamento do financiamento estadual dos **procedimentos ambulatoriais** de média e alta complexidade se dará, pós-produção, mediante comprovação da execução, por meio dos relatórios extraídos do Sistema SIA-SUS, conforme calendário de processamento do Ministério da Saúde.

Art. 22º A transferência dos recursos se dará da seguinte forma:

I. Entidades públicas: Repasse do Fundo Estadual ao Fundo Municipal de Saúde, por meio de publicação de portaria de ordenamento de despesa;

II. Instituições denominadas consórcios: Repasse do Fundo Estadual ao Fundo Municipal de Saúde do município eleito gestor do recurso, por meio de publicação de portaria de ordenamento de despesa;

III. Instituições privadas e filantrópicas sob gestão estadual: O pagamento será realizado por competência, mediante comprovação da realização dos procedimentos eletivos com apresentação dos relatórios extraídos dos sistemas oficiais do Ministério da Saúde (Sistema de Informação Ambulatorial - SIA e Sistema de Informações Hospitalares Descentralizado - SIHD2) e da SES-MT (IndicaSUS) e cumprimento das demais normas e regras contratuais.

Art. 23º Caberá ao proponente, atender as normativas vigentes referentes à supervisão dos serviços prestados, bem como o registro da produção nos sistemas oficiais de informação (Ministério da Saúde e SES-MT), fluxos e trâmites para o pagamento do financiamento estadual.

CAPÍTULO VII

DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL PARA PAGAMENTO

Gestão Municipal

Art. 24º Para o pagamento dos **procedimentos hospitalares e ambulatoriais**, de unidades próprias ou contratualizados com a gestão municipal, o município/consórcio deverá encaminhar a documentação já conferida e auditada ao ERS de abrangência, conforme relação a seguir:

I. Ofício encaminhando a documentação e indicando os dados bancários para efetivação do repasse;

II. Relatório extraído do sistema IndicaSUS, carimbado e assinado pelo executor do serviço e gestor municipal, para procedimentos hospitalares;

III. Relatório do Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I), extraído do sistema SIA-SUS, assinado pelo executor do serviço, para procedimentos ambulatoriais;

IV. Espelho de Regulação (SISREGIII), para procedimentos ambulatoriais;

V. Relatório de auditoria emitido pela equipe técnica de controle e avaliação do município, devidamente assinado pela equipe e gestor municipal.

Art. 25º O ERS realizará:

I. A autuação do processo no Sistema SIGADOC;

II. A análise e conferência da documentação recebida;

III. Emissão de parecer técnico conclusivo para efetivação do repasse. Em caso de parecer desfavorável, a documentação será devolvida ao município para adequação e, somente seguirá para o próximo item quando o parecer for favorável ao repasse;

IV. Envio do processo à Superintendência de Programação, Controle e Avaliação/SES-MT.

Art. 26º A equipe da Superintendência de Programação, Controle e Avaliação fará a elaboração da portaria de ordenamento da despesa e demais trâmites para efetivação do repasse.

Gestão Estadual

Art. 27º Para o pagamento das instituições (privada e filantrópica) contratualizadas para execução dos **procedimentos hospitalares e ambulatoriais**, pela gestão estadual, estas seguirão as normas e regras contratuais e a apresentação dos documentos que se fizerem constar nos instrumentos de contratualização;

Art. 28º O representante do Escritório Regional de Saúde - ERS deverá desempenhar o papel de Gestor de Contrato das instituições contratualizadas em seu território de abrangência, com o envio da documentação estabelecida no instrumento de contratualização;

Art. 29º O pagamento do objeto contratualizado será realizado posteriormente à prestação de contas, validados pelo Gestor de Contrato e Fiscal de Contrato e equipe técnica responsável.

Gestão Municipal e Estadual (Prazos)

Art. 30º Ficam estabelecidos os seguintes prazos para a instrução processual para pagamento dos **procedimentos hospitalares**:

I. O município/consórcio e a Instituição privada e/ou filantrópica sob gestão estadual enviará a documentação requerida nos art. 24º e 27º, respectivamente, ao ERS de abrangência, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente a prestação do serviço;

II. O ERS enviará à Superintendência de Programação, Controle e Avaliação/SES-MT a documentação requerida nos Art. 25º e 28º, respectivamente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente a prestação do serviço;

III. A equipe da Superintendência de Programação, Controle e Avaliação/SES-MT encaminhará o processo para pagamento até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente a prestação do serviço.

Art. 31º Ficam estabelecidos os seguintes prazos para a instrução processual para pagamento dos **procedimentos ambulatoriais**:

I. O município/consórcio e a Instituição privada e/ou filantrópica sob gestão estadual enviará a documentação requerida nos art. 24º e 27º, ao ERS de abrangência, até 10 (décimo) dia útil após o processamento da produção do SIA-SUS pelo Ministério da Saúde;

II. O ERS enviará à Superintendência de Programação, Controle e Avaliação/SES-MT a documentação requerida nos Art. 25º e 28º, respectivamente, até o 5º (quinto) dia útil após recebimento da documentação;

III. A equipe da Superintendência de Programação, Controle e Avaliação/SES-MT encaminhará o processo para pagamento até 5º (quinto) dia útil após o recebimento da documentação.

Art. 32º O não cumprimento dos prazos estabelecidos nos art. 30º e 31º poderá resultar no adiamento do repasse/pagamento, proporcional ao atraso.

CAPÍTULO VIII

DO MONITORAMENTO

Art. 33º É de responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde realizar o monitoramento, supervisão técnica e/ou médica mensal dos serviços prestados pelos estabelecimentos de saúde contratualizados com a gestão municipal, com a emissão dos relatórios pertinentes à execução do serviço e necessários para instrução de processo de pagamento.

Art. 34º É de responsabilidade da Superintendência de Controle e Avaliação e do Escritório Regional de Saúde de abrangência realizar o monitoramento da execução do programa.

Parágrafo único. A qualquer momento, a SES/MT, por meio do Escritório Regional de Saúde de abrangência, poderá realizar visita *in loco* para averiguação de quaisquer não conformidades e proceder glosas ou ajustes de contas de repasses futuros.

Art. 35º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Cuiabá-MT, 26 de abril de 2023.

JULIANO SILVA MELO

Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso
(Original Assinado)

ANEXO I

papel timbrado do município

TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA MAIS MT CIRURGIAS 2023
PROGRAMA ESTADUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Eu, _____, CPF n.º _____, RG n.º _____, Prefeito(a) Municipal de Saúde e _____, CPF n.º _____, RG n.º _____, Secretário (a) Municipal de Saúde de _____, manifestamos a ADESÃO ao Programa Estadual Mais MT Cirurgias 2023 - Programa de Cirurgias Eletivas do Estado de Mato Grosso, em atendimento ao Decreto n.º 241 de 19 de abril de 2023 e à Portaria n.º ____/2023GBSES. Declaramos estar cientes da legislação pertinente ao Programa e das responsabilidades intrínsecas ao cargo de gestor público. Município xxxx/MT, _____ de _____ de 2023.

assinatura e carimbo do gestor

Prefeito(a) Municipal de Saúde de _____/MT

assinatura e carimbo do gestor

Secretário(a) Municipal de Saúde de _____/MT

ANEXO II

SES- Secretaria de Estado de Saúde		PROPOSTA MAIS MT CIRURGIAS - 2023	Governo de MATO GROSSO					
	FORMULÁRIO Nº	(Será preenchido pela SES-MT)	CNES	IBGE		VALOR GERAL PROPOSTO	R\$ 0,00	
	PROPONENTE							
							EXECUTOR DO SERVIÇOS (possíveis prestadores de serviços)	
ITEM	CÓDIGO PROCEDIMENTO	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	DEMANDA RERIMIDA	QUANTIDADE PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	CNES	NOME
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								
21								
22								
23								
24								
25								
26								
27								
28								
29								
30								

Observação: a planilha de procedimentos será disponibilizada por meio de link: <http://www.saude.mt.gov.br/filazero/>, no sítio eletrônico da SES-MT para download e somente será aceita a proposta preenchida no arquivo disponibilizado neste link.